

A RETÓRICA COMO ELEMENTO DE ANÁLISE DA TRANSIÇÃO HISTÓRICA: DO PE. ANTÔNIO VIEIRA A ANTERO DE QUENTAL

Natalia TAMMONE¹⁹
Artur Daniel Ramos MODOLO²⁰

RESUMO

O presente artigo objetiva estabelecer comparação sobre as dimensões argumentativas dos sermões do Pe. Antônio Vieira, no século XVII, e de Antero de Quental, no século XIX. Partimos da hipótese de que a construção e lógica argumentativa dos sermões e conferências produzidos, respectivamente, pelos autores supracitados, são reveladores de suas estruturas discursivas e das mutações pelas quais a retórica passou ao longo do período. Em sua dimensão teórica, pode-se analisar o processo de abandono progressivo de um referencial religioso com estruturas textuais clássica e escolástica (Pe. Antônio Vieira) e a influência cada vez maior do iluminismo e das mudanças da mentalidade europeia. Esse processo de transição culmina em uma retórica predominantemente moderna, influenciada pela ideia de laicização e concepções de progresso, de verdade e de objetividade, bases do nascimento das ciências humanas (Antero de Quental). Em dimensão prática, perceberemos essas mutações a partir da estrutura dos textos, das escolhas lexicais e das propostas de atuação desses indivíduos na sociedade de sua época. Para tanto, partiremos das formulações de história da retórica e das escolhas lexical. Tal componente retórico-discursivo propiciará possibilidades de revelar filiações ideológicas, inserções em diferentes esferas de atividade humana, assim como componentes históricos e da linguagem que influenciavam ambos os autores no momento de sua produção verbal. Ademais, as escolhas lexicais indicam como a opção de determinados léxicos pelos autores cristalizam um projeto argumentativo, que cada vez mais se descola de uma lógica escolástica e religiosa e se ampara em um discurso laico e progressista.

PALAVRAS-CHAVE: Retórica; análise do discurso; Antônio Vieira; Antero de Quental; história

Quero dizer, amigo leitor, que se fordes inimigo da verdade, sempre vos ha-de amargar, e nunca haveis de dizer bem della, com ella ser de seu natural muito doce, e formosa, porque he filha de Deos. Verdades puras professo dizer, não para vos offender com ellas, senão para vos mostrar, onde, e como

19 USP - ICS, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Avenida Professor Lineu Prestes 338, Cátedra Jaime Cortesão, 05508-900 São Paulo, SP, Brasil, ntammone@gmail.com

20 USP - QMUL, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Rua Ascensão 144, 03415-070, São Paulo, SP, Brasil, adrmodolo@gmail.com

vos offendeis vós a vós mesmo, e á vossa Republica, para que vos melhoreis, se vos achardes comprehendido.

(ANTONIO VIEIRA)

Não posso apelar para a fraternidade das ideias: conhecem que as minhas palavras não devem ser bem aceitas por todos. As ideias, porem, não são felizmente o único laço com que se ligam entre si os espíritos dos homens. Independente delas, senão acima delas, existe para todas as consciências rectas, sinceras, leais, no meio da maior divergência de opiniões, uma fraternidade moral, fundada na mútua tolerância e no mútuo respeito, que une todos os espíritos numa mesma comunhão- o amor e a procura desinteressada da verdade.

(ANTERO DE QUENTAL)

1. Introdução

O pensamento do Pe. António Vieira e de Antero de Quental são exemplos importantes para pensarmos a mutação dos conceitos de política, verdade e progresso no longo processo histórico que vai do Renascimento até a gestação do pensamento moderno. Para isso a análise das estruturas dos textos, da construção retórica e argumentativa dos autores e seus referenciais ideológicos são de grande auxílio para linguistas e historiadores compreenderem a dimensão das mutações sofridas na forma de pensar e transmitir ideias ao longo da época que convencionou-se chamar de modernidade.

Os trechos supracitados são patentes das principais características dessas mudanças. Para Pe. António Vieira a verdade, adornada de adjetivos como “doce” e “formosa” é única e imutável, pois tem sua origem em Deus. Por isso, ao dizer que professa a verdade para melhorar e fazer progredir a coisa pública, Vieira evoca a si a autoridade de um conceito oriundo do poder divino. Verificaremos, ao longo do presente artigo, a maneira pela qual Vieira emprega elementos retóricos de fundo religioso como argumento de autoridade capaz de reforçar o crédito do seu *ethos discursivo*.

Ao falar em *ethos discursivo*, incluem-se as instâncias que entram na interlocução, a fonte de enunciação, os participantes ou atores sociais da cenografia que constitui o evento enunciativo. Dado que o caráter daquele

que argumenta, o seu *ethos*, incluindo nele valores éticos, é fundamental para a aceitação de seu discurso, constitui este, logo de partida, um forte argumento para facilitar a adesão aos seus propósitos. O argumento de autoridade, usado para reforçar o seu ponto de vista mediante citações, referências e outros expedientes, estabelece um jogo de relações que vai delineando o seu caráter, a sua atitude, finalizando por atribuir-lhe o crédito requerido (Mosca, 2007:306).

Quental, por outro lado, escrevendo quase três séculos mais tarde, evoca a exposição das ideias, o seu eco dentro de cada indivíduo e seu desinteressado debate por meio da sociedade como o motor para a construção de verdades puras. Sendo assim, a tolerância, o respeito e a divergência de opiniões seriam os meios para a produção das mesmas verdades.

Por fim, pretende-se mostrar o abandono progressivo de um referencial religioso com estruturas textuais clássica e escolástica e a influência cada vez maior do iluminismo e das mudanças da mentalidade europeia. Assim, trataremos os textos do Pe. António Vieira como um momento de transição desse processo que culmina em uma retórica predominantemente moderna, influenciada pela ideia de laicização e concepções de progresso, de verdade e de objetividade. Os textos de Antero de Quental são exemplares desse momento histórico.

2. Pe. António Vieira e o argumento de autoridade

António Vieira nasceu em Lisboa, em 1608. Aos sete anos de idade, mudou-se com a família para a Bahia, em uma viagem conturbada na qual o navio que os transportava quase naufragou. Chegado à Bahia, iniciou os estudos do colégio dos jesuítas. Vieira manifestou, desde cedo, seu interesse e vocação pela pregação e retórica, enfrentando oposição familiar a sua escolha. Em 1823, Vieira fugiu de casa para o colégio dos Jesuítas para iniciar sua formação. Em 1825 concluiu os estudos passando a ordem dos escolares, com votos secretos. Aos dezoito anos foi nomeado para a cadeira de retórica no colégio de Olinda e, posteriormente, filosofia dialética.

Logo que a sua idade o permitiu, galgou os diversos níveis da hierarquia jesuítica, iniciando cedo sua atividade como pregador. No contexto da restauração do reino de Portugal, separando-se de Castela e proclamando rei D João IV, António Vieira

desloca-se a corte portuguesa e cai nas graças do novo monarca. Esse seria o início de uma grande atividade política que o levou a muitas viagens e ao conhecimento dos grandes de sua época, exercendo significativa influência sobre o papado. Sua defesa da tolerância religiosa e do retorno ao reino dos cristãos novos custou-lhe um processo inquisitorial, do qual foi absolvido. Já no final da vida retornou ao Brasil, onde veio a falecer na Bahia, em 1697.²¹

Essa pequena síntese biográfica do Pe. António Vieira é importante para percebemos as duas influências mais marcantes em seu pensamento: por um lado a formação clássica e escolástica, típica do pensamento português do século XVII e, por outro, o contexto de dificuldades políticas e diplomáticas que Portugal enfrentava no ambiente europeu, tanto em relação à própria soberania, como em relação a manutenção de suas colônias. É a partir desse contexto que analisaremos algumas obras do autor.

Os sermões do Pe. António Vieira são bem conhecidos e destacados tanto pelo seu teor religioso, como pelas obras literárias. Esses textos revelam elevado domínio da língua, grande erudição, uso de documentos da história e costumes de sua época. Interessa-nos, no âmbito deste trabalho, observar sobretudo como esses textos aliam o método retórico e argumentativo predominantemente escolástico a um conteúdo que mistura elementos da simbologia cristã com traços do avanço da modernidade.

Assim, a forma de seus textos prende-se ao método argumentativo escolástico, pois seguem a estrutura de apresentação, exposição do conteúdo – com os argumentos de autoridades – e finalizando com a moral, ou lições oferecidas pela exposição do arguidor, ou seja, um exercício de retórica. Quanto ao conteúdo, apesar de abordar questões da moral e simbologia cristã – trata-se de sermões – o autor mescla tais questões com elementos do desenvolvimento contemporâneo das ciências e com argumentos baseados em evidências empíricas.

No *Sermão de Santo António aos peixes*, por exemplo, a estrutura da pregação está essencialmente ligada ao cânone da escolástica. A estrutura argumentativa do autor pode ser dividida da seguinte forma:

Cap. 1 – Introdução (Exórdio/Exordium): Expõe o tema do sermão. Apresenta a passagem de Cristo “vós sois o sal da terra” e o histórico da vida de Santo António, chegando a ocasião em que ocorreu a famosa pregação aos peixes.

21 As informações bibliográficas do Pe António Vieira foram coletadas em: *Portugal.Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Volume VII, p. 447-453. Disponível em: http://www.arqnet.pt/dicionario/vieira_antoniop.html (acesso em 27/09/ 2015).

Cap. 2 e 3, 4 – Desenvolvimento, exposição e confirmação: Momento em que o pregador louca as qualidades dos peixes e faz o contraste com as características – qualidades e vícios – de outras criaturas marinhas.

Cap. 5 – Conclusão/Moral: Aproximação das características dos peixes e demais animais marinhos às ações humanas, finalizando com uma lição moral em relação ao comportamento dos seres humanos.

No que tange à argumentação, o autor mistura elementos das autoridades clássicas e religiosas a sua experiência e juízo pessoal. Assim, ao referir-se à doutrina e à atividade de pregação afirma que:

Quanto mais que o são da minha doutrina, qualquer que ele seja tem tido nesta terra uma fortuna tão parecida à de Santo António em Arimino, que é força segui-la em tudo. Muitas vezes vos tenho pregado nesta igreja, e noutras, de manhã e de tarde, de dia e de noite, sempre com doutrina muito clara, muito sólida, muito verdadeira, e a que mais necessária e importante é a esta terra para emenda e reforma dos vícios que a corrompem (Vieira,1864).

Ao mesmo tempo, Vieira distancia-se dos princípios da retórica clássica que predominavam durante o século XVII, expondo retoricamente sua posição discursiva, ou seja, condicionando o argumento de autoridade dos autores clássicos aos seu crivo de “justiça”.

Falando dos peixes, Aristóteles diz que só eles, entre todos os animais, se nao domam nem domesticam. Dos animais terrestres o lisonjeiro, e até os leões e os tigres com arte e beneficios se amansam. (...) Os autores comumente condenam essa condição dos peixes, e a deitam a pouca docilidade ou demasiada bruteza, mas eu sou de mui diferente opinião. Não condeno, antes louvo muito aos peixes este seu retiro, e me parece que, se não fora a natureza, era grande prudência (Vieira,1864).

Da mesma maneira, do Sermão de S. Roque, um dos primeiros escritos por vieira, a questão da fé e da crença aparece destacada, mas condicionada por exemplos para que a verdade seja racionalmente compreendida, sendo assim escopo necessário à fé:

Parece-me, senhores, que estes dois exemplos, de Davi servindo e de Moisés mandando, não só têm provado a verdade do que eu dizia, e aprovado a resolução S. Roque, mas desenganado a todo o entendimento, por obsequioso ou ambicioso que seja, do que é servir a homens, ou mandar, homens. Mas agora digo que nem o primeiro caso nem o segundo, por mais que pareçam encarecidos, chegam a declarar de muito longe, nem a pensão do servir, nem

o perigo do mandar. Aparelhai nos entendimentos a fê, porque sem ela não se pode crer, nem se poderá imaginar o que de novo haveis de ouvir (Vieira 1644).

Nesse sentido, o sermão da Sexagésima, provavelmente o texto mais conhecido de Vieira, é também o mais revelador do seu entendimento sobre o trabalho do pregador e a importância da retórica para seu êxito. Poder-se-ia dizer que o texto é quase metalinguístico,

constitui verdadeiro paradigma teórico, de base aristotélica, do procedimento discursivo do orador jesuíta. Lá se evidencia, independentemente da motivação ditada pela questão temporal com os dominicanos, a concepção do discurso como expressão e, principalmente, como evento, cujo ponto de chegada o ultrapassa, em vista do propósito persuasório (Rodrigues Filho, 1996).

O objetivo do sermão é investigar as causas porque a pregação do evangelho surte poucos efeitos na colônia: se por falha do pregador, do ouvinte ou de Deus. Assim, o texto constitui-se de certa maneira em exercício de retórica sobre as artes retóricas e discursivas do pregador. Quanto à estrutura do texto, destacamos a forma Aristotélica, baseada nos princípios da escolástica:

Capítulo 1-2 Exórdio: tema do sermão a função do pregador- Parábola do Semeador.

Capítulos 3-9 Desenvolvimento e exposição: dos três elementos que compõe a pregação, só o sacerdote/orador é responsável pelo seu sucesso. Enumera os fatores que compõe um sermão e os erros que os pregadores podem cometer.

Capítulo 10 Conclusão: modo como se deve fazer um bom discurso-pregação.

Assim, na conclusão do texto, após avaliar todas as variáveis envolvidas na composição de um sermão, Vieira faz uma análise de como deve ser composto o bom sermão. Nota-se em seus argumentos, a importância das escrituras e da eloquência na elaboração do discurso, mas conferindo igualmente importância a razão, aos exemplos e a persuasão na tarefa do bom pregador. Somente a presença de todos esses elementos combinados atingiriam os objetivos do bom pregador.

Há-de tomar o pregador uma só matéria, há-de defini-la para que se conheça, há-de dividi-la para que se distinga, há-de prová-la com a Escritura, há-de declará-la com a razão, há-de confirmá-la com o exemplo, há-de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se não-de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar, há-de responder às dúvidas, há-de satisfazer às dificuldades, há-de impugnar e

refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários, e depois disto há-de colher, há-de apertar, há-de concluir, há-de persuadir, há-de acabar. Isto é sermão, isto é pregar; e o que não é isto, é falar de mais alto. (Vieira, 1655).

Os textos políticos de António Vieira são entendidos aqui como obras, cartas e documentos escritos com finalidade não ligada à pregação religiosa. De maneira geral, esses textos apresentam análise mais pragmática da situação contemporânea ao prelado e suas visões de mundo acerca da economia e política do reino português. Para nosso objetivo, esses textos são importantes pois, na medida em que se destinaram a solucionar problemas concretos da monarquia portuguesa, suas propostas rompem com a homogeneidade de ideias do clero católico português. Ao mesmo tempo, procuraremos destacar sua ideia de bem comum e da função do Rei e da Monarquia, ancoram-se no pensamento tomista predominante na península, que identifica a o poder real ao poder de Deus e justifica o absolutismo do poder real (Correa, 2003).

Em *Proposta feita a El-Rei D João IV, em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os Judeos mercadores que andavam por diversas partes da Europa*, certamente um dos textos mais polêmicos de António Vieira, o jesuíta parte da causa, a saber, o estado de instabilidade e falta de recursos em que se encontrava o Reino no momento imediatamente posterior a separação em relação à Espanha, para realizar um diagnóstico das necessidades do país, concluindo com uma proposta de ação para o Monarca. Como podemos perceber, a forma do texto continua apresentando um formato argumentativo clássico.

Quanto ao seu conteúdo, todo o preâmbulo do texto é dedicado a mostrar ao rei a situação política delicada na qual Portugal se encontrava, com grave risco de deixar de existir enquanto Reino e a maneira pelo qual as medidas que correntemente eram mais pensadas como solução, na verdade não o eram. Assim, atestava que:

O Reino de Portugal, Senhor, não melhorando do estado em que de presente o vemos, tem muito duvidosa e sua conservação, porque, ou a consideremos fundada no poder próprio ou no alheio, um e outro estão prometendo pouca firmeza (Vieira, 1643:2)

Ao comentar a política externa e a participação das outras potências no jogo de poder europeu, o autor frisava que Portugal não deveria se fiar em tréguas e acordos de paz prometidos por elas. Para ele “*imaginar o contrário é querer emendar o mundo, negar a experiência e esperar impossíveis*” (Vieira, 1643:4). O autor não emprega o discurso citado, isto é, não há referências diretas de fontes escritas ou outras autoridades

do pensamento clássico para elucidar a questão, destacando-se o papel da experiência como principal forma de análise política para chegar-se aos resultados esperados.

Quanto à solução proposta, o autor sugere a readmissão dos cristãos-novos e até mesmo judeus como comerciantes e residentes no Reino de Portugal. Para fundamentar seus argumentos, o autor faz uso tanto o recurso dos exemplos de autoridade sagrada, como da experiência e da necessidade real do reino. Quanto ao argumento religioso, Vieira afirmava que:

Primeiramente, favorecer aos homens de nação ou admiti-los neste Reino, na forma que se propõe, não é contra lei alguma, divina nem humana, antes é muito conforme aos sagrados cânones, doutrina dos Santos Padres e resoluções de muitos concílios (...) é também conforme à sentença comum de todos os teólogos, os quais assentam que, para defesa e conservação dos reinos, podem os principes confederar-se e chamar a unir a si qualquer genero de infieis (Vieira, 1643:16)

Quanto a fundamentação econômica e política de tal ato, Vieira recorria ao conceito de razão de estado:

Verdadeiramente é dificultosíssima de entender a razão de estado de Portugal, porque, sendo um reino fundado todo no comércio, lança seus mercadores para os reinos estranhos, e aos estranhos os admite dentro de si mesmo, para que o interesse da negociação e do comércio venha a ser todo dos estranhos e nada seu (Vieira, 1643:20).

Por fim, baseia seus argumentos em torno da experiência histórica do reino de Portugal:

E em prova desta verdade, alego a Vossa Majestade a memória dos senhores reis D Manuel, D João III e D Sebastião, em cujos diferentes sucessos nos dá a conhecer a oculta disposição da divina Providencia, que se não desagrada de que os reis católicos usem de piedade e clemência com estes homens (Vieira, 1643:24).

O último aspecto que destacamos nos textos ditos políticos do Pe. António Vieira é a sua concepção de Estado e do Papel da Monarquia. Na introdução do livro *A arte de furto*, no qual o objetivo do autor é mostrar como pode-se diagnosticar e combater as diferentes espécies de furtos a que está exposto o reino, o autor deixa clara qual a sua concepção sobre a monarquia e o poder dos Reis.

Para ele, os Reis são escolhidos por Deus para o Governo, e são a sua personificação na terra. Sendo assim, o seu poder absoluto é inspirado por Deus e só poderia resultar nas mais sabias, justas e necessárias decisões acerca dos melhores

caminhos para o povo e para o Reino. Conforme já ressaltamos acima, essa concepção da monarquia absoluta está muito ligada ao movimento tomista da península ibérica, ou seja, ligada a uma das correntes escolásticas do pensamento Ibérico. Nesse sentido, o autor afirmava que:

Quer Deos que haja Reys no mundo, e quer que o governem assim como elle, pois lhes deu suas vezes, e os armou de poder contra as violências; e como a mayor de todas he tomar o seu a seu dono, em emendar esta se devem esmerar (Vieira, 1643:ix).

O que torna o pensamento de Vieira singular dentro dessa perspectiva, é a associação criada por ele entre o poder divino do Rei e a sua preeminência como maior sábio do reino, seja em matéria de ciências, seja em questões liberais.

E porque este não basta, se não ha sciencia para alcançar quem merece o castigo; digo, que vemos em V.A. tanta sabedoria, que parece infusa; porque não há Arte liberal, em que não seja eminente ; não há Sciencia especulativa, em que não esteja consummado ; não ha habito de virtude moral, que o não tenha adquirido, efeito natural com o uso. (Vieira, 1643:xii).

Torna-se, assim, novamente aparente a dualidade entre a tradição e modernidade no pensamento do Pe. António Vieira. Por fim, é preciso salientar como as escolhas lexicais de Vieira demonstram as bases retóricas do autor que são de fundo religioso/cristão: “Deos”, “castigo”, “virtude moral”, “divino”, assim como a menção à narrativas bíblicas como as de Davi, Moisés e S. Roque.

3. O choque realista de Antero de Quental

Antero de Quental nasceu em 1841, em Ponta Delgada, capital do arquipélago dos Açores. Era descendente de uma das famílias tradicionais da região e, assim sendo, após aprender as primeiras letras foi completar sua educação em Portugal Continental, tendo cursado direito na Universidade de Coimbra.

É em Coimbra que inicia sua obra literária e conhece os amigos Eça de Queirós e Oliveira Martins, junto com quem, entre outros, formaria um movimento que, nas letras, combatia aos cânones das formas românticas, predominantes da época, defendendo um estilo literário realista. Na política, ante as convulsões políticas e a

falência do modelo liberal em Portugal, defendiam alternativas ligadas ao socialismo. Esse movimento ficou conhecido como a Geração de 70.

O estado de saúde física e mental do autor não permitiram que ele se mantivesse na vida pública durante muito tempo, retirando-se primeiro para Vila do Conde e depois de volta para os Açores, onde veio a cometer suicídio em 1891.²²

Foi em torno do grupo de amigos e autores de vanguarda da Geração de 70 que, em 1871, foram pensadas e organizadas as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense. Concebidas como um conjunto de conferências a serem proferidas por intelectuais da época sobre temas polêmicos, sobre as formas de reformar as instituições Portuguesas. Foram realizadas quatro conferências depois das quais, por decreto, os encontros foram proibidos.

Foi nesse contexto que veio a luz um dos textos mais conhecidos e mais importantes de Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Nessa obra o autor faz um apanhado das causas pelas quais o país encontra-se na situação de decadência atual e os remédios que se lhe deveriam dar para modificar esse estado. Na obra, o autor faz uso de elementos retóricos e argumentação muito característico do pensamento moderno do século XIX, amparado por argumentação científica e as ideias de verdade e progresso. Nesse sentido, analisaremos a obra como um contraponto, como a forma acabada de um movimento de racionalização que iniciava-se com o Renascimento, e que no pensamento de António Vieira encontrava-se ainda inacabado. A racionalização proposta por Quental se deve, em grande medida, a confrontação das aparências de benefícios da monarquia portuguesa com os reais prejuízos que tal sistema gerava em Portugal.

Distinguir a aparência da realidade nasceu de certas dificuldades, de certas incompatibilidades entre as aparências; estas não mais poderiam, todas, ser consideradas a expressão da realidade (Perelman, 2002:472).

Na introdução do texto, Quental deixa claro a primazia das ideias. Usando como ponto de partida o sentimento religioso, o autor afirma que as ideias e a verdade merecem na sociedade contemporânea a reverência que um crente dedicaria a seu Deus.

O pecador humilha-se diante do seu Deus, num sentido acto de contrição, e só assim é perdoado. Façamos nós também, diante do espírito de verdade, o

22 As informações bibliográficas do Pe António Vieira foram coletadas em: *Portugal. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. Disponível em <http://www.arqnet.pt/dicionario/quentalat.html> (Acesso em 28/09/2015)

acto de contrição pelos nossos pecados históricos, porque só assim nos poderemos emendar e regenerar (Quental, 1871:35-36).

A verdade seria então produto da discussão sincera, leal e desinteressada das ideias, da divergência de opiniões e da fraternidade moral dos intelectuais, “*fundada na mútua tolerância e no mútuo respeito, que une todos os espíritos numa mesma comunhão- o amor e a procura desinteressada da verdade*” (Quental, 1871:36-37).

O objetivo do texto é diagnosticar na História de Portugal qual haveria sido o momento em que a decadência do Reino começou, para então observar suas causas e efeitos na sociedade portuguesa contemporânea e, por fim, poder apontar novos caminhos para a mesma.

Para Quental, assim como para Vieira, o período da restauração portuguesa após a União Ibérica é de importância fundamental para entender a decadência, mas, ao contrário do prelado, o autor vê a monarquia absolutista, que então se consolidava, como uma das causas dos males do país. Para ele

A realiza deixa então de encontrar uma resistência e uma força exterior que a equilibre, e transforma-se no puro absolutismo; esquecendo a sua origem e a sua missão, crê ingenuamente que os povos não são mais do que o patrimônio providencial dos reis. O pior é que os povos acostumam-se a crê-lo também!” (Quental, 1871:47-48).

Os pensadores desse período são caracterizados então, como uma “*tribo vulgar dos eruditos sem crítica, dos academicos, dos imitadores*” (p. 49). Percebe-se assim que ,para Quental, os valores que compõem a inteligência do país não são o conhecimento ou a forma da escolástica clássica. Quental leva seu argumento ao extremo ao considerar a questão dos intelectuais um problema moral, oriundo da educação jesuítica a que estiveram sujeitas as gerações sucessivas de portugueses. Para ele os

métodos de ensino, ao mesmo tempo brutais e requintados, esterilizam as inteligências, dirigindo-se á memória, com o fim de matarem o pensamento inventivo e alcançam alhear o espírito peninsular do grande movimento da ciência moderna, essencialmente livre e criadora (Quental, 1871:71).

As Conquistas coloniais constituiriam outra fonte de atraso e decadência para o país. Ao tratar o tema, o autor salienta a que ponto as colônias foram responsáveis por perpetuar nos portugueses uma espécie de espírito guerreiro, contraposto ao espírito de desenvolvimento econômico e científico da modernidade. Destaca-se, novamente, os tipos de valores exaltados por Quental, a saber, o progresso econômico e técnico, o

desenvolvimento das ciências como forma de evolução e concepções incompatíveis com o ideal de nobreza heroica dos portugueses.

A desgraça é que esse espírito guerreiro estava deslocado nos tempos modernos: as nações modernas estão condenadas a não fazerem poesias, mas ciência. Quem domina não é já a musa heroica da epopeia: é a Economia política, Calíope dum mundo novo, senão tão belo, pelo menos mais justo e lógico que o antigo” (Quental, 1871:80).

Ante o exposto, a concepção de Estado de Antero de Quental era o completo oposto daquelas perseguidas por Vieira. Para o autor era a nação a mola propulsora do bem estar econômico e social, o meio pelo qual e para quem o governo deveria ser composto. Um de seus últimos textos, *Ultimatum de 11 de Janeiro*, explicita bem sua opinião sobre o estado Português, e as formas de colocar o país novamente em “movimento”, rumo ao progresso:

Moralizar e nacionalizar o Estado, tal deve ser depois de passado o primeiro ímpeto da paixão, o fim consciente do movimento popular iniciado no dia 11 de janeiro. Quando a nação portuguesa tiver governos que verdadeiramente a representem e nos quais confie, quando o estado voltar a ser um órgão útil e não uma excrescência parasita e nociva do corpo social, só então poderemos dizer que está dado o primeiro passo no caminho da restauração das forças vitais da sociedade portuguesa (Quental, 1890:3).

Do ponto de vista retórico, verifica-se como Quental não se vale exclusivamente do argumento de fundo científico para basear sua argumentação, incorporando outros valores do seu leitor presumido como a identidade nacional da sociedade portuguesa para a criação de uma benevolência, um recurso retórico utilizado desde a Roma Antiga por oradores como Cícero (*captatio benevolentiae*). Dessa forma, ancorar a análise da sociedade portuguesa e aceitação do conteúdo das pesquisas baseado exclusivamente no argumento de autoridade não seria o bastante. Por isso o uso de outros recursos retóricos e discursivos auxiliam a argumentação de Quental.

Perelman (2002) esclarece que as autoridades invocadas podem muito variáveis: ora será "o parecer unânime" ou "a opinião comum", ora certas categorias de homem, "os cientistas", "os filósofos", "os Padres da Igreja"; por vezes a autoridade será impessoal: "a física", "a doutrina" (p. 350). Nesse sentido, é preferível que o argumento de autoridade venha completar uma rica argumentação, ao invés de ser o único argumento. Por fim, é preciso salientar as escolhas lexicais feitas por Quental são capazes de igualmente revelar os fundamentos de seu discurso: “ciência”, “justo”,

“lógico” e “moderno” são alguns dos termos utilizados pelo autor que demonstram o seu anseio de transformações modernizantes em Portugal.

4. Considerações finais

Em *Causas da decadência dos povos peninsulares*, Antero de Quental, ao mencionar a obra *A arte de Furtar*, indicava o Pe. António Vieira como um dos únicos homens de seu tempo com espírito crítico e discernimento suficiente para entender o seu contexto e fazer uma crítica da sociedade de seu tempo.

Ao compararmos os dois autores e suas duas épocas distintas procuramos mostrar como suas filiações ideológicas, a forma de construção dos textos e suas escolhas lexicais foram importantes na composição dos argumentos e condicionantes das causas apontadas para a decadência de Portugal, assim como os meios de as sanar.

Assim, Vieira ainda amparava-se em formas argumentativas tradicionais, ligadas ao desenvolvimento da escolástica e da razão de estado tomista que predominava na península ibérica no século XVII, mas ao mesmo tempo, inovava ao colocar sua experiência e julgamento acima das autoridades. O autor mesclava os argumentos de autoridade religiosa a exemplos históricos concretos e o julgamento racional da inteligência humana.

Antero de Quental representa o fim desse processo em Portugal. O autor busca nas origens do absolutismo monárquico e do catolicismo jesuítico português a origem dos males e da decadência da nação. Assim, rompe definitivamente com os argumentos de cunho religiosos e com a política da monarquia, que mesmo constitucional, prevalecia no Reino. Para ele, a discussão de ideias e o desenvolvimento das ciências são o caminho para o conhecimento da verdade, da justiça e da prosperidade. A história tem que ser entendida como lição, para que seja possível diagnosticar os problemas do país e colocá-lo no rumo do progresso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Azevedo, João Lúcio de. 1914-15. Alguns escritos apócrifos, inéditos e menos conhecidos, do Padre António Vieira. *Boletim de 2ª Classe da Academia de Ciências de Lisboa*, Lisboa, v. 9 (1914-15), p. 537-547.

- Azevedo, João Lúcio de. 1818. *A Evolução do Sebastianismo*, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Barboza Filho, R. 2000. *Tradição e artifício*. Iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Coelho, Alessandro Manduco. 2003. O empenho de Antonio Vieira. *Lua Nova*, São Paulo, n. 59, p. 115-135.
- Gandra, Manuel J. 2008. *O quinto império em António Vieira*. Subsídio para uma bibliografia impressa da obra e dos estudos concernentes ao tema. Ericeira: Biblioteca Municipal.
- Hansen, João Adolfo. 1997. Vieira: tempo, alegoria e história. *Brotéria*, v. 145, n. 4-5 (Out-Nov 1997), p.541-55.
- Hespanha, António Manuel (dir.). 1997. Vieira. *Oceanos*, n. 30-3 (Abr.-Set. 1997).
- Lourenço, Eduardo. 1978. *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa: D. Quixote.
- Mosca, L L. S. 1997. Metáfora e visão de mundo: a ruptura do estereótipo. In: *VII INPLA - LAEL/PUC-SP*, 1997, São Paulo. Caderno de Resumos. São Paulo: Editora da PUC-SP.
- Perelman, C. 2004. *Lógica Jurídica*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. & Tyteca, L. 2002. *Tratado da Argumentação*. A Nova Retórica, São Paulo: Martins Fontes.
- Quental, Antero. 2008(1871). *Causas da decadência dos povos peninsulares*. (Prefácio Eduardo Lourenço). Lisboa: Ed Tinta da China.
- Quental, Antero. 2012. *Ultimatum de 11 de Janeiro*. Ed. Universia PT. Disponível em:<http://noticias.universia.pt/destaque/noticia/2012/07/04/947472/descarrega-gratuitamente-15-obras-antero-quental.html>. Acesso 28/09/2015.
- Rodrigues, José Honório. 1958. António Vieira. Doutrinador do Imperialismo Português. *Verbum*, v.15, Rio de Janeiro, p. 313.
- Rodrigues Filho, Nelson. 1996. Padre António Vieira: Dizer é agir. *Semear*, n.2.
- Vieira, Pe. António. S/d. *Obras escolhidas*. Lisboa: Sá da Costa.